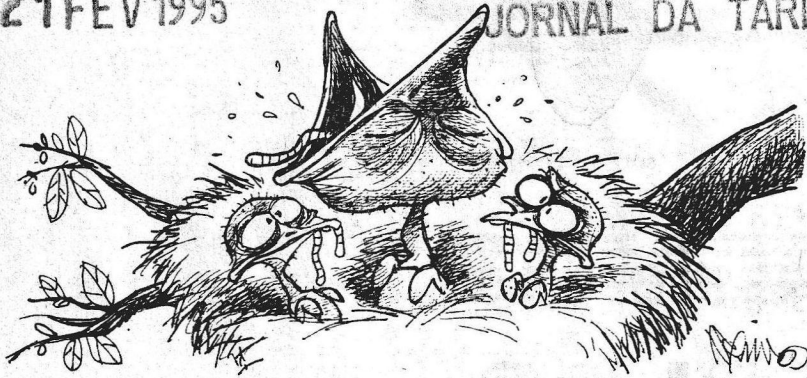


Queixas e interesses

ROLF KUNTZ

21 FEV 1995

JORNAL DA TARDE



SE LEGITIMIDADE CORRESPONDESSE
A DIREITO, NENHUMA POLÍTICA SERIA
POSSÍVEL, PORQUE AS DIFERENTES
PRETENSÕES TENDERIAM A NEUTRALIZAR-SE.

Houve um momento particularmente luminoso na entrevista do presidente da República, na semana passada. Foi quando ele chamou a atenção para a diferença entre queixas e interesses. O assunto foi pouco explorado, talvez porque a resposta se referisse, de forma explícita, só às pretensões do investidor estrangeiro. Seria apenas mais uma afirmação da soberania nacional, e pronto. Mas a questão é muito mais rica. Todo o debate sobre a reforma econômica está marcado pela confusão entre as duas idéias. O fato, quando apontado, pode parecer evidente. Talvez até seja, mas o público é diariamente bombardeado com essa confusão, embutida na fala de políticos, de empresários, de sindicalistas, de representantes, enfim, dos mais diversos grupos organizados. A imprensa é o veículo mais comum desse bombardeio.

A questão apareceu, na entrevista, quando um repórter da Agência Reuters mencionou queixas dos investidores internacionais, decepcionados com as reformas e com a não privatização da Telebrás e da Petrobrás. A resposta foi ao ponto mais importante: "Não são queixas, são interesses. Eles cuidam dos interesses deles. Eu tenho de cuidar do interesse nacional. A definição do que se privatiza e em que momento é uma questão de interesse nacional, e espero que os investidores estrangeiros compreendam isso". Há uma elipse importante na resposta: a palavra queixa só tem sentido, num contexto desse tipo, quando se pressupõe a noção de direito, ou, no míni-

mo, de expectativa de direito. Queixar-se da chuva ou de uma dor de dente não tem essa implicação, mas uma queixa amorosa tem, por trazer implícita a idéia de não retribuição, isto é, de uma obrigação não cumprida. O debate sobre a reforma ficará muito mais claro se for explicitado, entre outros pontos, que:

■ O poder público não tem obrigação de vender a Telebrás, a Petrobrás ou qualquer outra empresa. Um compromisso com a privatização vincula o governo a certo tipo de política, mas não cria direitos para investidores, não importa se estrangeiros ou nacionais, nem pressupõe privilégios para quem quer que seja.

■ O governo não tem obrigação de garantir lucro a quem aplica na bolsa. Julgar a política econômica pela evolução do índice Bovespa, por exemplo, é usar um critério

duplamente restrito: primeiro, porque reflete interesses de um grupo limitado de agentes; segundo, porque a bolsa, no Brasil, tem pouco significado econômico e social. Basta ver o peso da Telebrás no total dos negócios diários. O tom solene e às vezes dramático dos comentários e análises chega a ser cômico.

■ O governo não tem obrigação de renunciar a impostos em benefício de sonegadores, nem mesmo para cumprir um acordo setorial. Ágio corresponde a sonegação. Basta esse dado para justificar a elevação do IPI cobrado sobre o carro popular. A confusão entre queixa (direito) e interesse pode ser exemplificada, de modo claríssimo, por uma frase do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Adelar Scheuer: "A ganância do governo foi muito

grande". Ganância do governo?

■ O governo não tem obrigação de oferecer benefícios em troca de investimentos, assim como o empresário privado não tem obrigação de investir. Se ele não tiver nenhuma expectativa de lucro, não investirá, mesmo que haja grande facilidade fiscal. Mas o próprio governo, é bom dizer, facilita a confusão, quando transforma as câmaras setoriais em lugar de barganha, e, pior, de consolidação de grandes núcleos de interesse privado. Toda política de incentivos é arriscada, porque de alguma forma subordina instrumentos de política (como o Tesouro Nacional) a interesses parciais. Daí a conveniência de só criar estímulos fiscais a partir de uma política geral, bem definida e bem discutida.

Seria fácil esticar esta lista. Nenhum dos comentários implica negar legitimidade aos vários interesses. Se legitimidade, porém, correspondesse a direito, nenhuma política seria possível, porque as diferentes pretensões tenderiam a neutralizar-se. Fazer passar sua pretensão por direito é um enorme passo para estar entre os vencedores. O abuso das palavras, sabe-se há muito tempo, não é menos temível que o abuso das armas e do dinheiro.

O AUTOR

Rolf Kuntz é professor do Departamento de Filosofia da USP e jornalista de O Estado de S. Paulo

